

Paço, remeto a Vmcê um dos editais que acompanhava a mesma Régia Provisão para Vmcê fazer publicar nessa vila e afixar no lugar de costume, pela qual S. Mage. proíbe a introdução do periódico intitulado — *O Português* — fazendo apreender todos os exemplares que do tal periódico existirem, remetendo-os a este Juízo, para serem remetidos à Mesa do Desembargo do Paço, como me ordena; outrossim processará Vmcê sumariamente a todas aquelas pessoas (seja qual for a sua graduação) que, depois de publicada a proibição, continuarem a leitura e introdução do dito periódico, remetendo-os com o processo a este Juízo, para serem remetidos ao Ilmo. Conselheiro Intendente Geral de Polícia, conforme me ordena, por ofício de 4 de julho deste mesmo ano, registrando-se nos livros próprios competentes o mesmo Edital, a esta ordem, para constar e servir de corpo de delito aos processos que se formarem, passando-se certidão da publicação do Edital. Deus Guarde a Vmcê. Vila de Itú, 12 de setembro de 1818. Felipe Neri de Campos — Sr. Juiz Ordinário da Vara de Porto Feliz”.

Em outubro de 1819, outra Provisão era baixada, visando agora proibir “a entrada e publicação do periódico com o título *Campeão ou O Amigo do Rei e do Povo*. Em novembro do mesmo ano, nova Provisão, referente a esse mesmo periódico, buscando impedir a “publicação de tão perigoso e perverso escrito”. A circulação do *Correio Brasiliense* fora objeto de atos de setembro de 1811, março de 1812 e junho de 1817. A vigilância era tenaz.

Considerar essa imprensa áulica — impressa no Brasil ou fora do Brasil — como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério, salvo o simplesmente cronológico, fundamenta essa consideração, de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa. Porque, na verdade, as condições materiais começavam a surgir. Eram insuficientes, tomadas isoladamente, para permitir o aparecimento de periodismo regular, mesmo em bases modestas, porque faltavam as condições políticas. Quando estas surgiram, existindo as materiais, a imprensa teve função efetiva, desempenhou um papel. Claro que a função e o papel que lhe permitiam todas as condições, em conjunto, e com a influência proporcional a esse conjunto de condições. Por aí se começa a verificar como o problema da imprensa é, na realidade, em última análise, político.